

Nota Técnica Fórum Nacional de Educação

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil, com o apoio do Fórum Nacional de Educação (FNE), vêm a público elucidar que, no dia 08 de abril de 2025, o Ministro de Estado da Educação homologou as Diretrizes Operacionais para EJA, validando o Parecer CNE/CEB nº 03/2025, que restabelece os instrumentos legais que afirmam o direito à EJA, previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a qual, em seus artigos 205 e 208, assegura o direito à educação para todas as pessoas, inclusive para aquelas que tiveram esse direito negado no tempo adequado.

Sob a característica de cláusula pétrea, o direito à educação das pessoas jovens e adultas foi reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), que reconheceu a EJA como modalidade da educação básica, legitimando-a enquanto forma própria e específica de atendimento, atribuindo ao Estado a responsabilidade pelo seu cumprimento, sob os preceitos do direito com perspectiva emancipatória.

Nesse contexto, o parecer homologado reafirma as funções da EJA nas perspectivas da reparação, qualificação e equalização (Brasil, Parecer CNE/CEB nº 11/2000), superando propostas políticas ainda fundamentadas em visões aligeiradas, compensatórias e moralizantes para a modalidade.

Assim, a aprovação dessas Diretrizes Operacionais revogou todas as orientações anteriores que desconsideravam as normativas voltadas à democratização do direito à EJA, atentando para a dura realidade de 9,6 milhões de pessoas acima de 15 anos não alfabetizadas, associada à trágica situação de 39.752.917 pessoas com 18 anos ou mais sem Ensino Fundamental completo, e 23.796.661 pessoas sem Ensino Médio completo, totalizando 72.149.578 brasileiros e brasileiras sem Educação Básica (Censo demográfico, IBGE, 2022).

Ciente da gravidade dessa situação e da queda nas matrículas, que segundo o Censo de 2024 (Brasil, 2025) resultou em uma perda de 1.261.211 atendimentos no período de 2014 a 2024, o Fórum Nacional de Educação, juntamente com os Fóruns de EJA do Brasil, torna pública sua preocupação com o inadmissível não cumprimento da referida norma. Esse instrumento constitui-se em uma diretriz de esperança para a EJA: a expectativa de ampliar matrículas e a possibilidade de oferecer uma educação digna e de qualidade, garantindo o acesso à educação a todas as pessoas.

Recebemos com profunda preocupação e indignação a notícia de que existem secretários e secretarias estaduais e municipais de Educação que tentam burlar ou contornar a nova resolução da EJA, sob alegações de custos, falta de matrículas e dificuldades de operacionalização, dando continuidade ao desmantelamento e ao descaso com a modalidade.

Para evitar retrocessos nas políticas públicas para a EJA e assegurar a efetiva implementação das Diretrizes Operacionais emanadas na Resolução CNE nº 03/2025, conclamamos os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação a assumirem seu papel normatizador e fiscalizador, elaborando, com a participação

da sociedade civil, as “diretrizes para a política de expansão territorial da oferta da EJA”, com o objetivo de ampliar as oportunidades de retorno à escolarização e reduzir as desigualdades educacionais nos territórios, impedindo assim o desmantelamento da modalidade. Contamos, mais uma vez, com a celeridade dessas instâncias, que, em sua gênese, representam o povo e seus anseios.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 03, de 2025. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Brasília, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11, de 2000. Brasília, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Básica 2024. Brasília, 2025.